

**6059.2019/0009334-9 - Fiscalização: Constatação Despacho prejudicado Interessados: Martino Malandrino**  
DESPACHO: Considerando a manifestação da Assessoria Jurídica da Subprefeitura Vila Mariana, exercendo o Poder de Autotutela que cabe à Administração Pública,  
1. Torno SEM EFEITO o Despacho 023485347;  
2. Determino o encaminhamento à CPDU/UNAI para publicação;  
3. Determino o encaminhamento para a Praça de Atendimento para cadastramento da defesa, utilizando como data de protocolo o dia 30/10/2019, conforme consta do Ofício 023481503, e posterior encaminhamento para a instância recursal competente.  
**6059.2019/0003460-1 - Processo Eletrônico: Pedido de vista**  
**Despacho deferido**  
**Interessados: Maria Cristina Sales Aragão**  
DESPACHO: Autorizada vista ao processo 2015-0.174.858-7, tendo em consideração o atendimento do art.14 da Lei 14.141/06.  
**6059.2020/0000598-0 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil**  
**DEFERIDO**  
A empresa GABURRO NOIVA ALUGUEL DE TRAJES LTDA CNPJ 35774426000187 teve sua licença deferida.  
A vista do contido no 6059.2020/0000604-9 - FRANCISCO RONILDO DANTAS 19527229855 - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..A vista do contido no 6059.2020/0000599-9 - DANIELLA EMY UEHARA - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..A vista do contido no 6059.2020/0000600-6 - CRISTINA PEDRO DOS SANTOS - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..A vista do contido no 6059.2020/0000603-0 - JOSE VALTER LOPES DE AMORIM - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..A vista do contido no 6059.2020/0000601-4 - ANTONIO OLIVEIRA SILVA - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..A vista do contido no 6059.2020/0000605-7 - VALTER JOSE DA SILVA - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..**6059.2020/0000607-3 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil**  
**DEFERIDO**  
A empresa EMPORIO MAGYA COMERCIO VAREGISTA DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA CNPJ 35579989000114 teve sua licença deferida.  
**6059.2019/0002967-5 - SISACOE: Alvara de Aprovação de Equipamentos**  
**Despacho indeferido**  
DESPACHO: **Indeferido**, nos termos do artigo 57 e 59 da Lei 16.642/17, e nos termos do artigo 65 da mesma lei, tendo em vista notificação do PSIU.  
**6059.2020/0000618-9 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil**  
**DEFERIDO**  
A empresa MEDICSOLUTION PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA CNPJ 7731299000101 teve sua licença deferida.

**VILA PRUDENTE**

**GABINETE DO SUBPREFEITO**

**SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2020-2-014**  
**PREFEITURA REGIONAL VILA PRUDENTE**  
ENDERECO: AVENIDA DO ORATORIO, 172  
2013-0.094.175-4 ALBERTO ITIMURA  
**INDEFERIDO**  
INDEFIRO O PRESENTE NOS TERMOS DA LEI 11228/92, ITEM 4.A.8.II DO DECRETO 32329/92, FACE ATENDIMENTO PARCIAL DE COMUNIQUE SE ANTERIORMENTE EMITIDO, A EDIFICACAO NAO E ACESSIVEL.  
2013-0.149.572-3 ALBERTO ITIMURA  
**INDEFERIDO**  
INDEFIRO O PRESENTE NOS TERMOS DA LEI 11228/92, ITEM 4.A.8.II DO DECRETO 32329/92, FACE ATENDIMENTO PARCIAL DE COMUNIQUE SE ANTERIORMENTE EMITIDO, A EDIFICACAO NAO E ACESSIVEL, E AREA DECLARADA COMO REGULAR NAO CONFERE COM A BASE DE DADOS DA PMSP.  
2013-0.191.638-9 LEANDRO DESTRO  
**INDEFERIDO**  
INDEFIRO O PRESENTE NOS TERMOS DA LEI 11.228/92 COMBINADA COM O ART 2 DA LEI 15831/13, ITEM 4.A.8.II DO DECRETO 32329/92 FACE NAO APRESENTACAO DO PROJETO NA FORMA DE SIMPLIFICADO E A EDIFICACAO NAO ATENDE ACESSIBILIDADE  
2013-0.334.529-0 RHAIDAR YOUSSEF EL LADEN  
**INDEFERIDO**  
INDEFIRO O PRESENTE NOS TERMOS DA LEI 11.228/92 E ITEM 4.A.8.II DO DECRETO 32329/92 E INFRACAO AO ART 186 DA LEI 13885/04  
2019-0.043.733-0 LEANDRO DESTRO  
**DEFERIDO**  
DEFIRO O PRESENTE NOS TERMOS DA LEI 16642/17, DECRETO 57776/17 E PORTARIA 221/2017/SMUL  
2020-0.000.921-9 LEANDRO DESTRO  
**DEFERIDO**  
DEFERIDOCONFORME LEI 16.642/17 REGULAMENTADA PELO DECRETO 57.776/ 17 EDECRETO 53.289/12 ALTERADO PELO DECRETO 54.787/14  
**COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**  
ENDERECO: .  
PROCESSOS DA UNIDADE SUB-VP/CPDU/SUSL  
2011-0.345.894-5 ESCOLA DE EDUC. INFANTIL BABY-MASTER S/C LTDA ME  
**INDEFERIDO**  
NOS TERMOS DA LEI 14.223/06 DEC 47.950/06 PORT 12/07/SMSP MANIFESTACAO DO AG VISTOR MANTENHA-SE O AM 06-222.938-9 INSTANCIA CONF ART 33 LEI 14.223/06 ART 20 DEC 47.950/06

**SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 534**  
**SUBPREFEITURA DA VILA PRUDENTE**  
ENDERECO: AVENIDA DO ORATORIO, 172  
**6060.2019/0001175-5 - Multas: cancelamento**  
**Despacho indeferido**  
**Interessados: IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR**  
DESPACHO: Considerando as informações do presente, em especial a manifestação da Supervisão de Fiscalização em documento 023198426, INDEFIRO a presente defesa, mantendo-se o A.M. 06-231.079-8, pelo não atendimento a interdição da atividade.

**6060.2019/0003204-3 - Multas: cancelamento Despacho indeferido Interessados: OI MÓVEL S.A.**  
DESPACHO: Considerando os elementos constantes no presente, em especial a manifestação da Supervisão Técnica de Fiscalização (documento SEI 023310606) INDEFIRO o recurso apresentado, mantendo-se o A.M. 06-234.562-1 pela instalação de Estação de Rádio Base sem o devido Alvará de Execução, Lei 13756/04 e Decreto 44.944/04.  
**6060.2019/0003205-1 - Multas: cancelamento Despacho indeferido Interessados: OI MÓVEL S.A.**  
DESPACHO: Considerando os elementos constantes no presente, em especial a manifestação da Supervisão Técnica de Fiscalização (documento SEI 023339463) INDEFIRO o recurso apresentado, mantendo-se o A.M. 06-231.435-1 pela instalação de Estação de Rádio Base sem o devido Alvará de Execução, Lei 13756/04 e Decreto 44.944/04.  
**6060.2019/0001119-4 - Fiscalização: vistoria Despacho de Cassação**  
**Interessados: JOSÉ GERALDO LACERDA JUNIOR**  
DESPACHO DE CASSAÇÃO: Considerando as informações constantes no presente processo, em especial a manifestação da Supervisão de Planejamento Urbano (documento SEI 025139754), fica CASSADO o TPU de Legado nº 051/1996 (TPU/Portaria de Autorização TBJ/VP/0000004721/2019 - Av. Francisco Falconi, 81), nos termos do artigo 40 item I, artigo 41 parágrafo único, e do artigo 42 item I do Decreto 22.709/1986 que regulamentou a Lei 10.072/1986.  
**6060.2019/0000574-7 - Comunicações Administrativas: Ofício**  
**Despacho de Cassação**  
**Interessados: JOÃO CARLOS DESCROVI**  
DESPACHO DE CASSAÇÃO: Considerando as informações constantes no presente processo, em especial a manifestação da Supervisão de Planejamento Urbano (documento SEI 025151100), fica CASSADO o TPU de Legado nº 003/2011 (TPU/Portaria de Autorização TBJ/VP/0000004715/2019 - Av. Vila Ema, 2201), nos termos do artigo 40 item I, artigo 41 parágrafo único, e do artigo 42 item I do Decreto 22.709/1986 que regulamentou a Lei 10.072/1986.  
**6012.2019/00002413-8 - Multas: recurso Despacho indeferido**  
**Interessados: TELEFÔNICA BRASIL S/A**  
DESPACHO: Considerando os elementos constantes no presente, em especial a manifestação da Supervisão Técnica de Fiscalização (documento SEI 023300583) INDEFIRO o recurso apresentado, mantendo-se o A.M. 06-234.783-7 pela instalação de Estação de Rádio Base sem o devido Alvará de Execução, Lei 13756/04 e Decreto 44.944/04.  
**6060.2020/0000210-3 - Auto de Licença de Funcionamento Integrado para o Empreenda Fácil**  
**DEFERIDO**  
A empresa CIMONETTI INSTALACOES ESPECIALIZADAS LTDA CNPJ 25280018000115 teve sua licença deferida.

## SAPOPEMBA

### GABINETE DO SUBPREFEITO

**SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 534**  
**SUBPREFEITURA DE SAPOPEMBA**  
ENDERECO: AVENIDA DO ORATORIO,  
A vista do contido no 6061.2020/0000124-2 - BEATRIZ SANTOS DA SILVA - DEFIRO A PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO para Comércio e Prestação de Serviços nos termos Decreto nº 58.831/2019..

## CULTURA

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2020-2-014**  
**GABINETE DO SECRETARIO**  
ENDERECO: AVENIDA SAO JOAO, 473 - 11 ANDAR  
PROCESSOS DA UNIDADE SMC/CONPRES  
2002-0.178.018-2 DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO  
**HISTORICO - DPH**  
**DOCUMENTAL**  
ARQUIVE-SE  
**SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 534**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**  
ENDERECO: AVENIDA SÃO JOÃO, 473  
**Departamento do Patrimônio Histórico**  
6025.2019/0018414-4 - (Reforma em Bem Tombado e Área Envolatória)  
**Despacho Deferido**  
**Interessado: Superintendência do Espaço Físico - SEF/USP**  
DESPACHO: Com base no disposto nos artigos 18 e 21 da Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, endossamos o parecer técnico favorável emitido pela Supervisão de Salvaguarda, e **AUTORIZAMOS** o pedido de implantação de projeto de segurança contra incêndios e acessibilidade no conjunto de edifícios que compõe a Escola de Enfermagem - USP, localizada à Av. Enéas Carvalho de Aguiar 419, (SQL 013.009.0082-2), em área envoltória da Faculdade de Medicina e do Instituto Oscar Freire (Resolução 05/CONPRESP/91), conforme projeto apresentado (SEI 020859579, 020859749, 020860010, 020860100, 020860332, 020860549, 020860653, 020860741, 020860803, 020861150, 020861315, 020867813, 020867931, 020868027, 020868184, 020868254, 020868490, 020868663, 020868786, 020868846, 020868900).

Salientamos que deverá ser atendida toda a Legislação Edilícia incidente, bem como serem consultados os órgãos de Preservação Estadual e Federal, quando pertinente.  
I. Publique-se, a seguir tome-se as providências necessárias visando informar o interessado e posterior arquivamento.

## BIBLIOTECA MUNICIPAL MÁRIO DE ANDRADE

**AFASTAMENTO**  
Publicado por omissão doc de 19/09/2019 **Processo nº 6025.2019/0017890-0**  
I - A vista dos elementos constantes no processo, em especial o encaminhamento SEI 021128433, AUTORIZO, no uso da competência prevista no artigo 4º, inciso III, do Decreto nº 48.743/2007 e, com fundamento no artigo 46 da Lei Municipal nº 8989/79 e artigo 1º, inciso IV, do referido Decreto Municipal, o afastamento da servidora JOSELIA BASTOS DE AGUIAR - RF 8.576.572 , titular do cargo de Diretor Técnico da Biblioteca Mário de Andrade, no dia 13 de Setembro, para, sem prejuízo de vencimentos, direitos e demais vantagens do cargo que titularizar, participar da palestra "Literatura e Curadoria" na Livraria Baleia em Porto Alegre, sem ônus para o município de São Paulo.  
1

## EDUCAÇÃO

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SME Nº 001, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**  
**6016.2020/0005308-5**

**REORGANIZA O PROJETO ESPECIAL DE AÇÃO – PEA ELABORADO PELAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**  
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e,  
CONSIDERANDO:  
- o disposto na Lei Federal nº 9.394/96, especialmente nos artigos 12, 13 e 61;  
- o contido nas diferentes Resoluções que tratam das Diretrizes Curriculares, expedidas pelo Conselho Nacional de Educação;  
- os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, como documento que subsidia a prática pedagógica;  
- o Currículo da Cidade, documento curricular inovador, como importante subsídio para nortear a prática pedagógica, orientado pelos princípios da Inclusão, Equidade e Educação Integral, que se alinha aos fundamentos sócio históricos da Rede e apresenta a Matriz de Saberes e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, na perspectiva da educação para o século XXI;  
- a necessidade de estabelecer critérios gerais para que as Unidades Educacionais possam elaborar, desenvolver e avaliar seus Projetos Especiais de Ação, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico;  
- a necessidade de qualificar a escola como centro produtor de cultura e investigação dos saberes e potencialidades dos bebês, crianças, jovens e adultos;  
- a política de formação de educadores em face das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação;  
- a pertinência da utilização dos resultados obtidos nas avaliações internas e nas avaliações externas na esfera municipal, como a Prova São Paulo, bem como atentar para o Índice de Desenvolvimento da Educação Paulistana - IDEP, como parâmetro que contribui para a definição das estratégias e ações pedagógicas;  
**RESOLVE:**  
Art. 1º Reorientar o Projeto Especial de Ação – PEA, instrumento de trabalho elaborado pelas Unidades Educacionais – UEs, da Rede Municipal de Ensino – RME, que expressa as prioridades estabelecidas no Currículo da Cidade e no Projeto Político-Pedagógico, objetivando o aprimoramento das práticas educativas e a melhoria da qualidade da educação.  
Art. 2º O PEA deve ser planejado para atender as Etapas e Modalidades da Educação e em consonância com os princípios e concepções do Currículo da Cidade, as políticas da educação inclusiva, integral e equitativa, a Matriz de Saberes e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, conforme segue:  
**I – Na Educação Infantil:**  
a) a organização de tempos, espaços, materialidades e interações que promovam a autonomia e a multiplicidade de experiências de forma a contemplar os interesses e o engajamento dos bebês e crianças em projetos individuais e/ou coletivos a partir da escuta e da observação atenta do educador, assegurando o respeito aos seus diferentes ritmos e necessidades, possibilitando a construção das culturas infantis;  
b) as múltiplas linguagens como forma de manifestação, expressão e conhecimento de mundo que devem fazer parte do universo da infância e garantir experiências integradoras sem fragmentá-las como conteúdos disciplinares, mas que dialoguem com as diversas culturas, que considerem as diferenças e aproximem as crianças das práticas sociais;  
c) a brincadeira como forma de expressão e conhecimento do mundo que se constitui como a principal linguagem das crianças, sendo por meio dela que experimentam, criam e aprendem sobre a cultura na qual estão inseridas, modificando-a e produzindo as culturas infantis;  
d) a auto avaliação das Unidades Educacionais, com vistas a assegurar a qualidade da Educação Infantil, com objetivo promover tempos e espaços para reflexão análise e busca de encaminhamentos para mudanças necessárias ao contínuo aprimoramento do Projeto Político-Pedagógico;  
e) a importância do acompanhamento, reflexão, planejamento, da utilização de diferentes instrumentos de registros e da avaliação dos processos de aprendizagens, considerando cada um dos bebês e crianças;  
f) a participação das famílias, constituindo-se como trabalho complementar e de partilha de responsabilidades;  
g) a construção do Projeto Político-Pedagógico com a participação do professor da primeira infância, por meio da articulação de conhecimentos teórico-práticos e de vida em suas intervenções pedagógicas como um observador participativo que acompanha e intervém para oferecer contextos e ambientes de qualidade às experiências infantis dando-lhes a possibilidade de exercer o seu protagonismo;  
h) a indissociabilidade do cuidar e do educar como princípio de Educação Básica;  
i) o direito linguístico dos bebês e crianças surdas por meio da garantia de um ambiente comunicativo que permita a aquisição da Língua Brasileira de Sinais - Libras em idade própria, permitindo a articulação entre as experiências visuais com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico a fim de promover o seu desenvolvimento integral.  
**II – No Ensino Fundamental:**  
a) os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e a construção/apropriação do conhecimento de forma a assegurar a formação básica e o respeito ao desenvolvimento integral dos sujeitos das aprendizagens;  
b) a organização dos tempos e espaços e das interações entre os diferentes sujeitos e objetos do conhecimento na perspectiva de se pensar uma nova concepção de currículo com maior integração e articulação entre as etapas, os anos e os ciclos do Ensino Fundamental;  
c) A avaliação como instrumento de ação pedagógica no acompanhamento da progressão das aprendizagens dos estudantes visando ao redimensionamento das ações didáticas para o alcance dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento;  
d) as especificidades dos diferentes ciclos de aprendizagem: ciclo de alfabetização, ciclo Interdisciplinar e ciclo autoral;  
e) a organização e oferta da Educação Bilingue no Ensino Fundamental considerada a LIBRAS como primeira língua e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, língua de instrução e de circulação para os estudantes surdos matriculados no âmbito da RME.  
**III – No Ensino Médio:**  
a) a proposta do Novo Ensino Médio, fundamentando-se na preparação para o mundo do trabalho, a cidadania de forma a propiciar a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos e o empreendedorismo entendido na perspectiva de projeto de vida.  
**IV – Na Educação de Jovens e Adultos - EJA:**  
a) a educação como direito humano fundamental e instrumento para a melhoria da qualidade de vida de jovens e adultos, numa concepção dialógica e humanista;

b) o trabalho reflexivo coletivo sobre o reconhecimento da interculturalidade e da historicidade dos estudantes nas práticas sociais, para assim se posicionar em defesa da diversidade, da diferença, da tolerância, do respeito às pessoas e às culturas, percebendo o constante movimento de construção e reconstrução cultural e das identidades;  
c) perfil do jovem, do adulto, do idoso, do estudante da Educação Especial, valorizando a diferença, interesses, costumes, valores e atitudes, promovendo a interação desses sujeitos para a sua formação cultural, social e ética;  
d) a elaboração de propostas, numa perspectiva de uma educação ao longo da vida, para atender às características dessa modalidade de ensino, favorecendo o acesso e a permanência do jovem, do adulto e do idoso no ambiente educacional;  
e) o trabalho pedagógico pautado nos pressupostos da educação integral, inclusiva e indicados no Currículo da Cidade da Educação de Jovens e Adultos - Matriz de Saberes, os Objetos de Conhecimentos os Objetivos de Aprendizagem, bem como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS;  
f) a avaliação como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, que inclui momentos e formas de registros diferenciados, bem como análise e acompanhamento do processo em suas várias dimensões (avaliação do processo; autoavaliação e avaliação institucional);  
g) a oferta de itinerários formativos no CIEJAs e de qualificação profissional inicial na EJA Modular e CMCT, objetivando a articulação entre educação e o mundo do trabalho.  
Parágrafo único. Será possibilitada a elaboração de apenas um Projeto Especial de Ação - PEA por Unidade Educacional, podendo ocorrer a diferenciação da temática principal entre os grupos de formação.  
Art. 3º Configuram-se modalidades de PEA as ações de formação voltadas para a implementação curricular e a articulação dos Projetos e Programas que compõem a Política Educacional da SME, dentre elas:  
I – a tematização e a investigação das práticas pedagógicas vivenciadas nos diferentes ambientes educacionais por meio de procedimentos metodológicos, construídos coletivamente, que priorizem:  
a) a produção de pautas de observação e de acompanhamento;  
b) a análise e a problematização dos dados coletados;  
c) a elaboração de propostas pedagógicas com foco no desenvolvimento integral dos bebês, crianças, jovens e adultos, seus saberes e sua cultura, que promovam a ampliação dos seus conhecimentos e potencialidades, consolidando de forma efetiva suas aprendizagens.  
II – a implementação de projetos para assegurar a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, de forma que seja observada evolução nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Paulistana - IDEP, e em outras avaliações realizadas pela Unidade;  
III – a implementação de projetos para assegurar a melhoria da qualidade na Educação Infantil com base nos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana e na Avaliação Externa de Ambientes;  
IV – o papel da escola na superação da lógica de exclusão social, cultural e econômica, corroborando na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e com princípios democráticos, por meio da construção de ambientes educacionais inclusivos que respeitem e valorizem a diversidade e reafirmem o direito à diferença, bem como a educação ao longo da vida;  
V – a articulação entre as diferentes Etapas e Modalidades da Educação.  
Art. 4º Os Profissionais de Educação participarão do Projeto Especial de Ação - PEA, na seguinte conformidade:  
I – Coordenador Pedagógico e Diretor de Escola: no horário de trabalho, assumindo a coordenação, na ordem especificada e, na impossibilidade desses, delegando a responsabilidade a outros participantes do projeto;  
II – Assistente de Diretor de Escola: no horário de trabalho, desde que, com anuência do Diretor de Escola e não ocasione prejuízo ao serviço;  
III – Professores:  
a) sujeitos à Jornada Especial Integral de Formação – JEIF: nas horas-adicionais, nos termos do inciso I do artigo 17 da Lei nº 14.660/07;  
b) sujeitos à Jornada Básica do Docente – JBD: com jornada completa, nas horas-atividade e/ou Horas de Trabalho Excedente – TEX;  
c) sujeitos à Jornada Básica de 30 (trinta) horas de trabalho semanais: em regência de agrupamento ou ocupante de vaga no módulo sem regência, nas horas-atividade.  
Parágrafo único. Fica vedada a participação no PEA:  
a) aos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil – ADIs;  
b) aos Professores que optaram por permanecer na Jornada Básica do Professor – JB, instituída pela Lei nº 11.434/93.  
Art. 5º Será possibilitada a participação nos PEAs do Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e do Professor de Ensino Fundamental II e Médio que se encontrar em vaga no módulo sem regência ou com aulas atribuídas a título de complementação de Jornada de Trabalho – CJ, desde que, fora de seu turno de trabalho.  
§ 1º Os professores mencionados no caput farão jus ao Atestado para fins de Evolução Funcional de que trata o artigo 13 desta Instrução Normativa.  
§ 2º A participação de que trata o caput não produzirá efeitos remuneratórios.  
Art. 6º O professor readaptado em caráter permanente ou temporário, optante e em exercício de JEIF, participará dos horários coletivos de formação, no entanto, não fará jus ao Atestado para fins de Evolução Funcional de que trata o artigo 13 desta Instrução Normativa.  
Art. 7º Caberá ao Coordenador Pedagógico possibilitar espaços de formação aos professores que não participam do PEA de modo a assegurar o compartilhamento das reflexões e resoluções alcançadas nos momentos de formação coletiva.  
Art. 8º Caberá ao Diretor de Escola, nos termos dos artigos 15 e 26 da Lei nº 14.660/08, convocar para o ingresso na Jornada Especial de Trabalho Excedente – TEX, os professores mencionados na alínea “b” do inciso II do artigo 4º desta Instrução Normativa.  
Parágrafo único. A duração da Hora de Trabalho Excedente – TEX será a mesma da hora-aula da Jornada de Trabalho docente.  
Art. 9º O Projeto Especial de Ação – PEA deverá conter:  
a) Identificação: Unidade Educacional, Diretoria Regional de Educação e ano letivo;  
b) Especificações do Projeto: nome, data de início e término, número de horas, dias da semana e horários;  
c) Envolvidos: coordenação e participantes e, no caso de Professores, jornada de trabalho;  
d) Justificativa e articulação com o Projeto Político-Pedagógico e o Currículo da Cidade;  
e) Objetivos;  
f) Descrição das fases/etapas: cronograma de execução e avaliação;  
g) Procedimentos Metodológicos coerentes com a proposta apresentada;  
h) Resultados esperados com vistas ao estabelecido no Currículo da Cidade e nos Programas e Projetos da Secretaria Municipal de Educação;  
i) Acompanhamento e avaliação semestral para a composição da documentação: periodicidade, indicadores e instrumentos para registro do processo;  
j) Referências bibliográficas;  
k) Assinatura dos participantes;

l) Parecer da Equipe Gestora da U.E.;  
m) Despacho de autorização do Supervisor Escolar;  
n) Homologação do Diretor Regional de Educação.  
Art. 10. O PEA deverá ser apresentado, discutido e avaliado com o Conselho de Escola/ CEI/CEMEI e CIEJA, ocasião em que será demonstrada sua pertinência com a formação dos educadores e o aprimoramento das práticas educativas, articulação com o Projeto Político-Pedagógico e o Currículo da Cidade.

Art. 11. Caberá ao Supervisor Escolar orientar a elaboração, analisar sua pertinência e elaborar parecer sobre o PEA, observando os seguintes critérios:

- a) coerência dos objetivos do Projeto Especial de Ação - PEA com as prioridades estabelecidas, anualmente, no Projeto Político-Pedagógico da UE, em especial, no que concerne ao Currículo da Cidade;
  - b) desenvolvimento da proposta e dos seus procedimentos metodológicos em consonância com o aprimoramento das práticas educativas para a melhoria da qualidade social da educação;
  - c) adequação entre a carga horária proposta e as características do PEA;
  - d) indicações bibliográficas pertinentes.
- Parágrafo único. O PEA será cadastrado pela DIPED da DRE, por meio das seguintes informações:
- a) Nome da Unidade Educacional;
  - b) Nome do Projeto;
  - c) Resultados esperados e metas;
  - d) Número de grupos e seus participantes;
  - e) Horários dos grupos;
  - f) Início e término do Projeto.

Art. 12. A avaliação do PEA, contínua ou final, entendida como momentos de tomada de decisão com vistas à continuidade, redimensionamento ou extinção do Projeto, será realizada coletivamente pelos participantes, Equipe Gestora e Supervisor Escolar, assim como pelo Conselho de Escola/CEI/CEMEI/CIEJA e registrada pela Equipe Gestora da Unidade.

Parágrafo único. A avaliação de que trata o caput deste artigo deverá pautar-se em parâmetros que contribuam para o redimensionamento do trabalho desenvolvido no ano e contribuir para o PEA do ano subsequente, tais como:

- a) as temáticas trabalhadas e sua articulação com a justificativa do PEA, bem como objetivos e metas;
  - b) a metodologia utilizada foi adequada e ensinou a problematização das práticas da Unidade;
  - c) o diálogo entre o PEA e as práticas pedagógicas da unidade observadas pela equipe escolar no decorrer do ano, ou seja, a articulação entre as necessidades formativas e ação efetivamente realizada;
  - d) coerência da bibliografia utilizada.
- Art. 13. Após a avaliação final do PEA, o Diretor de Escola, em conjunto com o Coordenador Pedagógico, expedirá o "Atestado para Fins de Evolução Funcional" aos participantes que cumpriam, integralmente, as exigências abaixo:

- I – carga horária mínima de:
  - a) no CEI e CEMEI, para os Professores de Educação Infantil e Equipe Gestora: 108 (cento e oito) horas relógio anuais e, coordenado ou executado por no período mínimo de 08 (oito) meses completos;
  - b) no CEMEI, EMEI, EMEF, EMEFM, EMEBS, para os Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, Professores de Ensino Fundamental II e Médio e Equipe Gestora: 144 (cento e quarenta e quatro) horas-aula anuais e, coordenado ou executado no período mínimo de 08 (oito) meses completos;
- II – frequência individual de participação igual ou superior a 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária total do Projeto;
- III – horas destinadas à reflexão, discussão e elaboração até 10% da carga horária total do Projeto;

§ 1º Considerar-se-á como frequência individual presencial no PEA, somente os eventos de formação oferecidos pela SME e/ ou Diretoria Regional de Educação em local diverso do de sua Unidade Educacional, para os quais o servidor envolvido estiver devidamente convocado.

§ 2º Não serão computados como frequência no PEA, os afastamentos para participar de eventos sindicais e autorizados nos termos do Decreto nº 48.743/07, faltas abonadas e TRE.

§ 3º O Atestado mencionado no caput deverá ser validado pelo Supervisor Escolar.

Art. 14. O Diretor da Unidade Educacional deverá dar ciência expressa da presente Instrução Normativa a todos os servidores da Unidade Educacional.

Art. 15. Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pelo Diretor Regional de Educação, ouvida, se necessário, a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Portarias SME nº 901/14 e nº 1.299/14.

## PORTARIA N º 243 DE 23 DE JANEIRO DE 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, usando das atribuições que lhe são conferidas,

### RESOLVE:

**Artigo 1º** - Designar **JUSSARA MACIEL MESSIAS RUBIN CARDOSO**, RF 710.696.3, Vínculo 3, Assistente Técnico de Educação I, para responder, em caráter excepcional, pelo expediente da Diretoria Regional de Educação, EH: 163100000000000, a partir de 21/01/2020 até ulterior deliberação.

**Artigo 2º** - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Lauda: Substituições DA's  
Pág 1/1

## SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2020-2-014

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO  
ENDERECO: .  
PROCESSOS DA UNIDADE SME/NUC.ADM\_ATOS  
2018-0.025.407-1 DIRETORIA DE EDUCACAO JACANA/ TREMEMBE  
DOCUMENTAL

## DESPACHO DO SECRETARIOSME

2018-0.025.407-1 - C EI ADELAIDE LOPES RODRIGUES DRE JACANA/TREMEMBE - APURACAO PRELIMINAR A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES NESTE PROCESSO, EM ESPECIAL AS CONCLUSOES DA COMISSAO DE APURACAO PRELIMINAR, A MANIFESTACAO DA ASSESSORIA JURIDICA DA DRE JACANA/TREMEMBE E O PARECER DA SME/COGED/DINORT, QUE ADOTO E ACOLHO COMO RAZAO DE DECIDIR, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE, COM FULCRO NO INCISO II DO ARTIGO 102 DO DECRETO MUNICIPAL N 43.233/03.

2019-0.017.433-9 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCACAO SAO MATEUS  
DOCUMENTAL

## DESPACHO DO SECRETARIOSME

2019-0.017.433-9 DIR ETORIA REGIONAL DE EDUCACAO SAO MATEUS - APURACAO PRELIMINAR ACIDENTE COM CRIANCA - A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES NESTE PROCESSO, NOTADAMENTE DAS CONCLUSOES ALCANÇADAS PELA COMISSAO DE APURACAO PRELIMINAR, DAS MANIFESTACOES DA ASSESSORIA JURIDICA DA DRE SAO MATEUS E O PARECER DA SME/COGED/DINORT, QUE ADOTO E ACOLHO COMO RAZAO DE DECIDIR, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE, COM FULCRO NO INCISO II DO ARTIGO 102, DO DECRETO MUNICIPAL N 43.233/03.

## DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JACANÁ / TREMEMBÉ

### 6016.2019/0097042-6

**PORTARIA Nº 01, DE 20 DE JANEIRO DE 2020**  
O Diretor de Escola da EMEF Prof. Célia Regina Lekevicius Consolin, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no Artigo 201 da Lei nº 8.989/79, alterada pela Lei nº 13.519/03 e o disposto no Decreto Municipal nº 43.233/03

### RESOLVE:

- Art. 1º Fica constituída a Comissão de Apuração Preliminar composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro nomeado e secretariada pelo último:
  - Claudia Cordazzo dos Santos – RF 666.470.9/1;
  - Adão Marques da Costa Mendes – RF 809.891.3/1;
  - Elsa Fanhan Medaglia – RF 678.538.7/1;
- Art. 2º A Comissão ora designada procederá à apuração dos fatos e eventuais responsabilidades, relativa no contido no Processo SEI nº 6016.2019/0097042-6, devendo apresentar o relatório conclusivo sobre o apurado no prazo de 20(vinte) dias.

Art. 3º Para cabal cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá, dentre outros procedimentos, solicitar dados, levantamentos e informações, bem como examinar registros e quaisquer documentos que se fizerem necessários.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

## DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE FREGUESIA / BRASILÂNDIA

### BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS

**DESPACHO DO DIRETOR REGIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**EMEI VICENTE PAULO DA SILVA**

2014-0.258.924-3 À vista dos elementos contidos no presente, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/15, com fundamento na Lei 12.366/97, Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto nº 56.214/15 e Portaria SF nº 262/15, **AUTORIZO** observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no processo administrativo supracitado.

**EMEI VICENTE PAULO DA SILVA**

2014-0.325.215-9 À vista dos elementos contidos no presente, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/15, com fundamento na Lei 12.366/97, Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto nº 56.214/15 e Portaria SF nº 262/15, **AUTORIZO** observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no processo administrativo supracitado.

**EMEI ANTONIO CALLADO**

2014-0.321.872-9 À vista dos elementos contidos no presente, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/15, com fundamento na Lei 12.366/97, Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto nº 56.214/15 e Portaria SF nº 262/15, **AUTORIZO** observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no processo administrativo supracitado.

**EMEI ANTONIO CALLADO**

2014-0.258.922-7 À vista dos elementos contidos no presente, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/15, com fundamento na Lei 12.366/97, Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto nº 56.214/15 e Portaria SF nº 262/15, **AUTORIZO** observada as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no processo administrativo supracitado.

**EMEI NELSON MANDELA**

6016.2019/0049829-8 À vista dos elementos contidos no presente, em especial à manifestação Doc. SEI nº 019934547 e nº 019934776 por tratar-se de Bens classificados como irrecuperáveis, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/15, com fundamento na Lei 12.366/97, Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto nº 56.214/15 e Portaria SF nº 262/15, **AUTORIZO** observada as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no Doc. SEI nº 025231666 do processo SEI supracitado.

**EMEI NELSON MANDELA**

6016.2019/0049889-1 À vista dos elementos contidos no presente, em especial à manifestação Doc. SEI nº 019946347 e nº 019947130 por tratar-se de Bens classificados como irrecuperáveis, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/15, com fundamento na Lei 12.366/97, Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto nº 56.214/15 e Portaria SF nº 262/15, **AUTORIZO** observada as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no Doc. SEI nº 025233532 do processo SEI supracitado.

### DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO FREGUESIA /BRASILÂNDIA

### 6016.2017/0048994-5

### PORTARIA Nº 92, DE 23 DE JANEIRO DE 2020.

O Diretor Regional de Educação, no uso de suas atribuições conferidas pela Instrução Normativa SME nº 29/19 e CONSIDERANDO:

- o disposto na Lei federal nº 13.019/14 e no Decreto municipal nº 57.575/16;

### RESOLVE:

Art. 1º A ASSOCIAÇÃO CAMPOS VERDEJANTES-ACV, CNPJ 03.957.565/0001-50, situado à Rua Salvaterra, 169 – Vila Si-queira, São Paulo - SP, fica DESCREDENCIADA, cancelando-se o seu certificado de Credenciamento Educacional, expedido pela SME/DRE, constante do processo 6016.2017/0048994-5, pelo descumprimento dos incisos I, II e III do art. 5º da Portaria DRE/ FB nº 106/2017, DOC de 16/11/2017.

Art. 2º O Cancelamento do Certificado referido no artigo anterior comprova que a Organização não detém condições para a prestação de serviços atendimento a crianças de 0 a 3 anos, na conformidade da denúncia publicada do DOC de 26/10/2019..

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

## DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL

### DESPACHO DO DIRETOR REGIONAL DE EDUCAÇÃO

### BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS

6016.2019/0101251-8 – ALMOIXARIFADO DRE/MP - À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 23/2019, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/2017 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56.214/2015 e Portaria SF 262/2015. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados na Planilha de alteração do Valor Justo e Depreciação de bens patrimoniais do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens depreciados.

6016.2020/0005196-1 – EMEF WANDA OVÍDIO GONÇALVES - À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 04/2020 com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/2017 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56.214/2015 e

Portaria SF 262/2015. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados na Planilha de alteração do Valor Justo e Depreciação de bens patrimoniais do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens depreciados.

6016.2020/0005173-2 – EMEF VIRGILIO DE MELO FRANCO - À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 04/2020, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/2017 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56.214/2015 e Portaria SF 262/2015. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados na Planilha de alteração do Valor Justo e Depreciação de bens patrimoniais do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens depreciados.

6016.2020/0005151-1 – EMEF JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA- À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 08/2020 com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/2017 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56.214/2015 e Portaria SF 262/2015. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados na Planilha de alteração do Valor Justo e Depreciação de bens patrimoniais do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens depreciados.

6016.2020/0005135-0 – EMEF DOUTOR JOSÉ PEDRO LEITE CORDEIRO - À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 238/2019, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/2017 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56.214/2015 e Portaria SF 262/2015. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados na Planilha de alteração do Valor Justo e Depreciação de bens patrimoniais do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens depreciados.

6016.2020/0005125-2 – EMEF DAMA ENTRE RIOS VERDES - À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 04/2020, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/2017 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56.214/2015 e Portaria SF 262/2015. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados na Planilha de alteração do Valor Justo e Depreciação de bens patrimoniais do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens depreciados.

6016.2020/0005107-4 – CEI VILA CURÇÁ II - À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 91/2019, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/2017 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56.214/2015 e Portaria SF 262/2015. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados na Planilha de alteração do Valor Justo e Depreciação de bens patrimoniais do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens depreciados.

6016.2020/0005034-5 – CEI JARDIM MAIA- À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 05/2020, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/2017 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56.214/2015 e Portaria SF 262/2015. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados na Planilha de alteração do Valor Justo e Depreciação de bens patrimoniais do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens depreciados.

6016.2020/0004984-3 – CEI HELENA PEREIRA DE MORAES - À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 05/2020, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/2017 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56.214/2015 e Portaria SF 262/2015. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados na Planilha de alteração do Valor Justo e Depreciação de bens patrimoniais do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens depreciados.

6016.2020/0004960-6 – CEI CONJUNTO HABITACIONAL TEXIMA - À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 04/2020, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/2017 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56.214/2015 e Portaria SF 262/2015. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados na Planilha de alteração do Valor Justo e Depreciação de bens patrimoniais do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens depreciados.

6016.2020/0004106-0 – EMEF PADRE CHICO FALCONI - À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 02/2020, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/2017 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56.214/2015 e Portaria SF 262/2015. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados na Planilha de alteração do Valor Justo e Depreciação de bens patrimoniais do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens depreciados.

6016.2020/0004073-0 – CEU EMEF MARIA CLARA MACHADO - À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 012/2020, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/2017 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56.214/2015 e Portaria SF 262/2015. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados na Planilha de alteração do Valor Justo e Depreciação de bens patrimoniais do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens depreciados.

6016.2020/0003917-1 – CEI JARDIM SÃO MARTINHO - À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 02/2020, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/2017 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56.214/2015 e Portaria SF 262/2015. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados na Planilha de alteração do Valor Justo e Depreciação de bens patrimoniais do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens depreciados.

6016.2020/0003780-2– EMEI PROFESSORA DORACIL DINÁ BENÍCIO - À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 202/2019, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 2.324/2017 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56.214/2015 e Portaria SF 262/2015. AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados na Planilha de alteração do Valor Justo e Depreciação de bens patrimoniais do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens depreciados.

### DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO SÃO MIGUEL

### 6016.2020/0004840-5

### PORTARIA Nº 16, DE 10 de janeiro de 2020.

O DIRETOR REGIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e na conformidade do disposto no art. 15 da Lei Municipal nº 13.278 de 07/01/02 e pela competência delegada no item I do artigo 3º da Portaria 2.324/17;

**RESOLVE:**  
Art. 1º Fica constituída a Comissão de Recebimento de Materiais (insumos), integrada pelos seguintes servidores:  
Lourival Celestino RF 759.673.1/2  
Denise Pinoti Munhais RF 683.705.1/1  
Antônio Bruno da Silva RF 732.167.8/1  
Elisabeth da Silva Souza RF 755.542-3/3  
Luciana Pereira da Cruz Gonçalves RF 738.456.4/2  
Art. 2º Esta portaria retroagirá seus efeitos a partir de 05 de julho de 2019.

## FAZENDA

### GABINETE DO SECRETÁRIO

### DESPACHO:

- APROVO**, para que produza os efeitos legais, o **Plano de Capacitação para o exercício de 2020**, documento SEI/ **024574827**. Delego ao Chefe de Gabinete desta Pasta a competência para rever a contratação do curso ou evento, bem como o número de vagas e o servidor indicado para participação pela unidade requisitante.
- O presente Plano de Capacitação será revisado a cada trimestre para acompanhamento e atualizações de valores, vagas, e acréscimos de novos cursos e eventos. Essas Revisões acontecerão nos meses de março, junho e setembro de 2020.
- Serão utilizados recursos do PNAFM III e da Fonte O para custear as despesas com o presente plano conforme manifestação de cotas Sei nº **024718648** e **024739998**. Variação de valores, até 10% do estimado neste Plano, não dependerá de aprovação prévia.
- As macroáreas requisitantes dos cursos obedecerão ao seguinte cronograma para envio do Termo de Referência para COADM Capacitação:
  - Cursos de prioridade nº 01 a 03: envio até 31/01/2020
  - Cursos de prioridades nº 04 a 06: envio até 28/02/2020
  - Cursos com prioridade acima de nº 07: envio até 31/03/2020
- Encaminhe-se à **SF/COADM/DIEOF, SF/COADM/DILOG e SF/COADM/DICOM** para ciência das estimativas de custos, bem como dos trâmites legais de contratação, com posterior remessa para **Comissão Permanente de Capacitação - CPC** para ciência do conteúdo e, em sequência, posterior devolução à **SF/COADM/Capacitação** para acompanhamento da execução.

**PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU**  
Secretário Municipal da Fazenda  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**  
Portaria SF nº 27, de 23 de janeiro de 2020  
Dispõe sobre a indicação de administradores locais do SEI - Sistema Eletrônico de Informações, nos termos do Art. 4º, Parágrafo Único do Decreto 55.838, de 15 janeiro de 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA , no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,  
**RESOLVE** :  
Art. 1º Indicar como administrador local do SEI - Sistema Eletrônico de Informações, da Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do Art. 4º, Parágrafo Único do Decreto 55.838, de 15 de janeiro de 2015, a Senhora Daniella Alessandra Silva Feres, Assistente de Gestão de Políticas Públicas, RF 734.451.1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ratificadas as disposições da Portaria SF nº 78, de 04 de abril de 2017.

**Processo Eletrônico nº 6017.2019/0057736-3 - GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE PESQUISA LTDA - Aplicação de penalidade. Recurso Administrativo.**Em face dos elementos constantes do processo, **REJEITO** o recurso manejado, mantendo a pena de multa aplicada ao **GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE PESQUISA LTDA** , CNPJ 02.593.165/0001-40, em razão do descumprimento parcial de obrigações estatuidas no Contrato SF nº 31/2019.

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**Processo Eletrônico nº 6017.2019/0053408-7 - Secretaria Municipal da Fazenda - Aditivo Contratual - Contrato SF nº 39/2019.** 1. Em face dos elementos constantes do processo, em especial os documentos arrolados na manifestação que subsidia este despacho, com fundamento na Lei 8.666/93, na Lei Municipal 13.278/02, regulamentada pelo Decreto 44.279/03, e nos termos do art. 1º, inciso II, aliena 'f' da Portaria SF nº 78/2019, **AUTORIZO** o acréscimo do objeto do Contrato SF nº 39/2019, celebrado com a sociedade **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO S.A. (PRODAM-S.A.)**, CNPJ nº 43.076.702/0001-61, a partir de 23 de janeiro de 2020, nos termos especificados na Proposta comercial (PA-SF-190515-02).

2. O valor do presente aditivo é de **R\$ 6.308.177,00** (seis milhões e trezentos e oito mil e duzentos e setenta e sete reais)

3. **Autorizo** empenhar o respectivo valor, onerando a dotação nº 17.10.04.126.3024.2.171.3.3.90.40.00.00.

**Processo Eletrônico nº 6017.2019/0053408-7 - Secretaria Municipal da Fazenda - Aditivo Contratual - Contrato SF nº 39/2019.**Nos termos do disposto no artigo 26, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, **RATIFICO** a alteração do Contrato SF nº 39/2020 (celebrado com a **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO S.A (PRODAM S/A)** , CNPJ nº 43.076.702/0001-61), autorizada pelo despacho do Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal da Fazenda, com fundamento no citado diploma legal.

### REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO D.O.C. DE 23/01/2020

### GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria SF nº 25, de 20 de janeiro de 2020.  
Autoriza transferência para a conta movimento das receitas correntes municipais desvinculadas em conformidade com o Decreto Municipal nº 57.380, de 13 de outubro de 2016, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA , no uso das atribuições que lhe são conferidas,

### RESOLVE :

Art.1º Fica autorizada a transferência para a conta movimento das receitas correntes desvinculadas em conformidade com o Decreto Municipal nº 57.380, de 13 de outubro de 2016, no montante adicional de R\$ 214.362.999,92, referente aos valores arrecadados até 31/12/2019 e não anteriormente desvinculados, conforme cálculo de disponibilidade para desvinculação de receitas municipais constante do ANEXO ÚNICO desta portaria.

Art.2º Não serão transferidos para a Conta Única do Tesouro Municipal os valores desvinculados dos rendimentos auferidos nas contas correntes da Operação Urbana Água Branca cuja movimentação tenha sido bloqueada pela sentença proferida no processo judicial nº 0026856-85.2013.8.26.0052.

Art.3º Os recursos desvinculados do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD serão aplicados exclusivamente em ações para infância e adolescência nas áreas de educação, assistência social e saúde.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA SF Nº 25, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

Rubrica - Descrição	Nota	Vinculação	Enquadramento Legal Decreto 57.380/16	Valor Arrecadado	% Desvincula do	Valor Desvinculado	Desvinculações Efetivas	Valor da desvinculação adicional
1321005101090110011101000 - FEMa - FUNDO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEI		FEMA	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	2.243.443,72	30,000%	673.033,11	288.629,19	384.403,92
1349011101000000001101000 - COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS - FEMa		FEMA	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	11.387.047,34	30,000%	3.416.114,20	1.626.684,49	1.789.429,71
1910066110102000001101000 - Multas Ambientais		FEMA	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	1.361.023,97	30,000%	408.307,19	182.840,00	225.467,19
1910066110102000001201000 - PPI - Multas Ambientais - FEMa		FEMA	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	261.970,05	30,000%	78.591,01	37.602,84	40.988,17
1910066110103000001101000 - Multas por falta de Inspeção Veicular - FEMa		FEMA	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	5.154.096,73	30,000%	1.546.229,01	1.024.828,80	521.400,21
1910066120102000001201000 - PPI - Multas Ambientais - FEMa - Multas e Juros		FEMA	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	81.607,43	30,000%	24.482,22	11.436,86	13.045,36
1910066120103000001101000 - Multas por falta de Inspeção Veicular - FEMa - Multas e Juros		FEMA	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	2.015.664,79	30,000%	604.699,43	563.155,81	41.543,62
1910099107000000001101000 - Multas e Juros Contratuais - FEMa		FEMA	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	69.694,70	30,000%	20.908,40	0,00	20.908,40
1990991108000000001101000 - FEMa		FEMA	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	6.229.783,35	30,000%	1.868.935,00	809.738,81	1.059.196,19
1990991108000000001109001 - Deduções FEMa		FEMA	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	-1.261,40	29,999%	-378,29	0,00	-378,29
<b>Subtotal FEMa</b>				<b>28.803.071,08</b>		<b>8.640.921,28</b>	<b>4.544.916,80</b>	<b>4.096.004,48</b>
1310022103060000001101000 - CENTROS CULTURAIS - TEATROS/FEPAc		FEPAc	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	12.487,14	30,000%	3.746,14	2.010,13	1.736,01
1321005101090100011101000 - FEPAc		FEPAc	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	129.515,02	30,000%	38.854,50	23.346,31	15.508,19
1990991103000000001101000 - FEPAc		FEPAc	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	2.423.120,52	30,000%	726.936,15	584.908,29	142.027,86
<b>Subtotal FEPAc</b>				<b>2.565.122,68</b>		<b>769.536,79</b>	<b>610.264,73</b>	<b>159.272,06</b>
1321005101090890011101000 - APLICAÇÃO FINANCEIRA EM FUNDO DE RENDA FIXA - FMDs		FMD	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	1.182.392,53	30,000%	354.717,75	0,00	354.717,75
1339011103000000001101000 - Outorgas Provenientes de Concessões - FMD		FMD	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	149.763.473,33	30,000%	44.929.041,99	0,00	44.929.041,99
<b>Subtotal FMD</b>				<b>150.945.865,86</b>		<b>45.283.759,74</b>	<b>0,00</b>	<b>45.283.759,74</b>
1321005101090140011101000 - FMDT		FMDT	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	15.688.328,01	16,607%	2.605.353,36	3.448.023,39	-842.670,03
1690991121000000001101000 - Polo Gerador de Tráfego (FMDT)		FMDT	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	62.987,98	16,607%	10.460,38	0,00	10.460,38
1910011101040000001101000 - MULTAS POR TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS - DSV		FMDT	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	6.755.227,13	16,607%	1.121.837,44	912.319,19	209.518,25
1910011101040000001109001 - Deduções Multas por Transporte de Produtos Perigosos - DSV		FMDT	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	-162.807,50	16,607%	-27.037,36	-4.993,79	-22.043,57
1910011101050000001101000 - MULTAS DE TRÂNSITO DE VEÍCULOS DE OUTROS ESTADOS - RENAINF		FMDT	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	22.698.681,41	16,607%	3.769.559,50	89.869,55	3.679.690,55
1910011102010000001101000 - Multas de Trânsito - DSV		FMDT	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	1.636.093.790,24	16,607%	271.705.337,79	224.986.364,63	46.718.973,16
1910011102010000001109001 - Deduções Multas de Trânsito - DSV - FUNSET		FMDT	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	-82.218.390,33	16,607%	-13.653.969,99	-11.290.183,03	-2.363.786,96
1910011102010000001109002 - Deduções Multas de Trânsito - DSV - Restituições		FMDT	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	-3.656.177,13	16,607%	-607.179,64	-719.807,73	112.628,09
1910011102010000001201001 - PPM- Multas de Trânsito - DSV		FMDT	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	19.422,92	16,607%	5.826,87	0,00	-2.601,32
1910011202010000001101000 - Multas de Trânsito - DSV - Multas e Juros		FMDT	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	9.865.447,05	16,607%	1.638.350,22	1.282.254,65	356.095,57
1910011202010000001201001 - PPM- Multas de Trânsito - DSV - Multas e Juros		FMDT	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	4.775,42	16,607%	793,05	1.432,62	-639,57
1910011302010000001201001 - PPM- Multas de Trânsito - DSV - Dívida Ativa		FMDT	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	250,39	16,606%	41,58	75,11	-33,53
1910011402010000001201001 - PPM- Multas de Trânsito - DSV - Dívida Ativa- Multas e Juros		FMDT	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	62,72	16,598%	10,41	18,81	-8,40
1990991301910000001101000 - Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Recitas - Multas Trânsito I		FMDT	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	8.806.786,10	16,607%	1.462.538,88	1.162.291,25	300.247,63
1990991301910000001109001 - Deduções Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Rec-Multas Trânsito I - FUNSET		FMDT	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	-638.966,73	16,607%	-105.966,76	-138.880,53	32.913,77
1990991301910000001109002 - Deduções Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Rec-Multas Trânsito I - Restituição		FMDT	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	-932,94	16,607%	-154,93	-27,68	-127,25
1990991401910000001101000 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS - MULTAS TRÂ		FMDT	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	4.857.393,97	16,607%	806.665,16	625.539,24	181.125,92
<b>Subtotal FMDT</b>				<b>1.618.176.758,71</b>		<b>268.729.864,64</b>	<b>220.360.121,95</b>	<b>48.369.742,69</b>
1310022103030000001101000 - Estádio Municipal		FMELR	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	2.487.942,45	30,000%	746.382,73	364.843,34	381.539,39
1310022103040000001101000 - CENTROS ESPORTIVOS - UNIDADES EDUCACIONAIS E ESPORTIVAS		FMELR	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	604.895,24	30,000%	181.468,57	110.563,20	70.905,37
1310022103140000001101000 - UNIDADES ESPORTIVAS DA SEME		FMELR	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	84.000,17	30,000%	25.200,05	13.866,14	11.333,91
1321001101040040021101000 - PMSP-SEME/Fundo Municipal de Esportes		FMELR	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	525.005,22	30,000%	157.501,56	89.690,98	67.810,58
<b>Subtotal FMELR</b>				<b>3.701.843,08</b>		<b>1.110.552,91</b>	<b>578.963,66</b>	<b>531.589,25</b>
1321005101090880021101000 - RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - FMID		FMID	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	37.525,57	30,000%	11.257,67	5.623,67	5.634,00
<b>Subtotal FMID</b>				<b>37.525,57</b>		<b>11.257,67</b>	<b>5.623,67</b>	<b>5.634,00</b>
1321005101060220011101000 - FUMCAD		FUMCAD	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	13.777.647,48	30,000%	4.133.294,24	2.213.827,37	1.919.466,87
1770001101000000001101000 - FUMCAD - Imposto de Renda		FUMCAD	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	19.281.049,60	30,000%	5.784.314,87	965.690,01	4.818.624,86
1990991105000000001101000 - FUMCAD		FUMCAD	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	2.155.662,95	30,000%	646.698,88	96.083,84	550.615,04
<b>Subtotal FUMCAD</b>	3			<b>35.214.360,03</b>		<b>10.564.307,99</b>	<b>3.275.601,22</b>	<b>7.288.706,77</b>
1321005101090090011101000 - FUNCAF		FUNCAF	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	124.792,56	30,000%	37.437,76	18.182,73	19.255,03
1910011101030010001101000 - MULTAS POR AUTO DE INFRAÇÃO - FUNCAF		FUNCAF	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	400.000,00	30,000%	119.999,99	0,00	119.999,99
<b>Subtotal FUNCAF</b>				<b>524.792,56</b>		<b>157.437,75</b>	<b>18.182,73</b>	<b>139.255,02</b>
1240001101000000001101000 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/		FUNDIP	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	582.802.905,62	30,000%	174.840.871,68	84.887.979,96	89.952.891,72
1240001201000000001101000 - MULTAS E JUROS - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA/		FUNDIP	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	48.748,16	30,000%	14.624,44	689,70	13.934,74
1321005101090170011101000 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP/FUNDIF		FUNDIP	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	19.755.638,50	30,000%	5.926.638,50	2.595.772,15	3.330.866,35
1990991125000000001101000 - Leilões - FUNDIF		FUNDIP	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	1.048.133,33	30,000%	314.439,99	69.369,99	245.070,00
<b>Subtotal FUNDIP</b>				<b>603.655.248,80</b>		<b>181.096.574,81</b>	<b>87.553.811,60</b>	<b>93.542.762,81</b>
1321005101090070011101000 - RECEITA DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA - FUNDURE		FUNDURB	Art. 1o, I (Fundo Municipal)	47.121.772,67	30,000%	14.136.531,80	5.759.550,66	8.376.981,14
<b>Subtotal FUNDURB</b>				<b>47.121.772,67</b>		<b>14.136.531,80</b>	<b>5.759.550,66</b>	<b>8.376.981,14</b>
1321005101090320031101000 - FUNDO ESPECIAL OPERAÇÃO URBANA ÁGUA BRANCA - FEAE	1	OUc - ÁGUA BRANCA	Art. 1o, II (rendimentos financeiros)	100.545,33	30,000%	30.163,59	14.497,19	15.666,40
<b>Subtotal OUc - ÁGUA BRANCA</b>				<b>100.545,33</b>		<b>30.163,59</b>	<b>14.497,19</b>	<b>15.666,40</b>
1321005101090320061101000 - OPERAÇÃO URBANA ÁGUA ESPRAIADA		OUc - ÁGUA ESPRAIADA	Art. 1o, II (rendimentos financeiros)	4.326.714,25	30,000%	1.298.014,27	730.173,06	567.841,21
<b>Subtotal OUc - ÁGUA ESPRAIADA</b>				<b>4.326.714,25</b>		<b>1.298.014,27</b>	<b>730.173,06</b>	<b>567.841,21</b>
1321005101090320051101000 - Operação Urbana Centro		OUc - CENTRO	Art. 1o, II (rendimentos financeiros)	1.805.923,46	30,000%	541.777,03	282.500,48	259.276,55
<b>Subtotal OUc - CENTRO</b>				<b>1.805.923,46</b>		<b>541.777,03</b>	<b>282.500,48</b>	<b>259.276,55</b>
1321005101090320011101000 - Operação Urbana Faria Lima		OUc - FÁRIA LIMA	Art. 1o, II (rendimentos financeiros)	35.920.675,30	30,000%	10.776.202,57	5.060.339,69	5.715.862,88
<b>Subtotal OUc - FÁRIA LIMA</b>				<b>35.920.675,30</b>		<b>10.776.202,57</b>	<b>5.060.339,69</b>	<b>5.715.862,88</b>
1321005101060130011101000 - FMAS - Projeto Restaurante Escola		Outros rendimentos financeiros	Art. 1o, II (rendimentos financeiros)	1.696,01	30,000%	508,80	261,08	247,72
1321005101060240011101000 - Programa @ Lis/Aliança para a Sociedade da Informação		Outros rendimentos financeiros	Art. 1o, II (rendimentos financeiros)	3.777,79	30,000%	1.133,33	581,56	551,77
1321005101060310021101000 - CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA DE ITAQUETA/SAVOY		Outros rendimentos financeiros	Art. 1o, II (rendimentos financeiros)	2.793,35	30,000%	838,00	430,01	407,99
1321005101060330011101000 - PROGRAMA URB-AL, REDE Nº 1C		Outros rendimentos financeiros	Art. 1o, II (rendimentos financeiros)	20.200,26	30,000%	6.060,07	3.109,66	2.950,41
1321005101060380011101000 - SEHAB X INSTITUIÇÕES PRIVADAS		Outros rendimentos financeiros	Art. 1o, II (rendimentos financeiros)	16.233,40	30,000%	4.870,01	2.509,90	2.360,11
1321005101060410011101000 - Programa URB-AL - Projeto Comum R3-B1-04 - Observatórios Locais da Democracia		Outros rendimentos financeiros	Art. 1o, II (rendimentos financeiros)	10.848,95	30,000%	3.254,68	1.670,10	1.584,58
1321005101060410021101000 - CONVÊNIO SMRI X EXTERIOR		Outros rendimentos financeiros	Art. 1o, II (rendimentos financeiros)	9.809,89	30,000%	2.942,96	1.510,15	1.432,81
1321005101060460011101000 - Convênio SVMa X Exterior		Outros rendimentos financeiros	Art. 1o, II (rendimentos financeiros)	7.594,03	30,000%	2.278,20	1.168,67	1.109,53
<b>Subtotal Outros Rendimentos Financeiros</b>				<b>72.953,68</b>		<b>21.886,05</b>	<b>11.241,13</b>	<b>10.644,92</b>
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>2.532.973.173,06</b>		<b>543.168.788,69</b>	<b>328.805.788,77</b>	<b>214.362.999,92</b>

Notas Explicativas

- 1 - Do valor total da receita arrecadada (R\$ 36.659.913,98), R\$ 36.559.368,65 foram desconsiderados em função de bloqueio de movimentação conforme decisão judicial.  
2 - Valores das receitas arrecadadas líquidos das doações direcionadas, em conformidade com o art. 2º, IV do Decreto 57.380/2018, incluído pelo Decreto nº 58.197/2018.  
3 - Os recursos desvinculados do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD serão aplicados exclusivamente em ações para infância e adolescência nas áreas de educação, assistência social e saúde.

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - COADM

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - COADM

Processo nº 6017.2017/0047403-0 - Secretaria Municipal da Fazenda - EQUIPE - SERVIÇOS HUMANIZADOS EIRELI - Prorrogação do Contrato SF nº 04/2018. 1. Em face dos elementos constantes do processo, em especial os documentos arrolados na manifestação que subsidia este despacho, com fundamento na Lei 8.666/93, na Lei Municipal 13.278/02, regulamentada pelo Decreto 44.279/03, e com fulcro na competência estabelecida na Portaria SF nº 78/19, AUTORIZO a prorrogação do Contrato SF nº 04/2018, celebrado com a empresa EQUIPE - SERVIÇOS HUMANIZADOS EIRELI, CNPJ nº 13.109.093/0001-39, por 12 meses, pelo valor estimado mensal de R\$ 20.323,38 (vinte mil trezentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos) e anual de R\$ 243.880,56 (duzentos e quarenta e três mil oitocentos e oitenta reais e cinquenta seis centavos), formalizando-se o ajuste nos termos da minuta de doc. 02.4945364, que aprovo.

2. Autorizo ainda empenhar o valor necessário para supor- tar a presente despesa, onerando a dotação nº 17.10.04.122.3 024.2.100.3.3.90.39.00.00.

CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS

COMUNICADO

Nos termos do §1º do artigo 5º do Decreto Municipal nº 56.223, de 1º de julho de 2015, alterado pelo Decreto Municipal nº 56.881, de 27 de setembro de 2017, ficam credenciados de ofício no Domicílio Eletrônico do Cida- dão Paulistano – DEC, a partir de 24/01/2020:

Nome do advogado: SILVIA LETICIA TENFEN GOEDERT  
CPF nº 026.072.299-52  
OAB/SP nº 233.957

DESPACHOS DA PREDIDÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS

Referência: Processo Administrativo SEI nº 6017.2020/0002616-4  
CCM nº: 1.167.903-4, 2.979.014-0, 3.279.094-5, 3.689.171-1, 3.689.173-8, 3.689.178-9, 3.694.893-3 e 3.784.463-6  
CNPJ nº: 43.374.768/0001-38, 43.374.768/0003-08, 43.374.768/0004-80, 43.374.768/0005-61, 43.374.768/0006-42, 43.374.768/0007-23 e 43.374.768/0009-95

Requerente: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO  
Advogados: Dr. Plínio Augusto Lemos Jorge (OAB/SP nº 134.182), Dr. André Guilherme Lemos Jorge (OAB/SP nº 194.722) e Dr. Vinícius Guerballi (OAB/SP nº 362.467)  
Recorrida: Decisão proferida pela Presidência do Conselho Municipal de Tributos que não admitiu e negou seguimento ao Recurso de Revisão nº 6017.2019/0072582-6 interposto pela Requerente.

Assunto: Pedido de reconsideração de